

INDEXAÇÃO É UM PROBLEMA

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

A inflação brasileira resiste em cair e uma das causas disso é a ainda elevada indexação da economia. A maioria dos contratos (salários, bens e serviços) contem alguma forma de indexação, com atualização monetária geralmente anual.

Ou seja, parte da inflação de hoje decorre da inflação passada. O problema aparece de forma perigosa quando a inflação acelera e as partes das relações contratuais, na busca do equilíbrio, acabam reduzindo os prazos das recomposições de preços.

Já vivemos isto no Brasil nos anos 80, que começaram com inflação de 100% a.a. e terminaram com cerca de 2.000% a.a. Em 1993, a inflação chegou aos 2.500% a.a. A indexação da economia, em periodicidade cada vez menor (que chegou a ser diária), em muito contribuiu para isto, lembrando que, mesmo com ela, as classes menos favorecidas foram as mais prejudicadas, pois não possuíam instrumentos eficazes de proteção contra a inflação.

Aquela inflação, já com os sintomas das hiperinflações observadas na Europa no início do século passado, só foi abatida em 1994 com o Plano Real. De lá para cá, com alguns soluços inflacionários em 2002, 2003, 2015 e 2021 (em torno de 10%), temos convivido com inflação um pouco mais civilizada. No século XXI, excetuando-se esses 4 anos, a inflação média foi de 5,18%a.a. Trata-se de uma média baixa se olharmos pelo retrovisor, mas alta olhando pelo para-brisas, quando se quer atingir a meta de 3%a.a.

Desde 2001, as menores inflações foram observadas em 2006 (3,14%) e em 2017 (2,95%). Se lá no biênio 2017-18, com inflação média de 3,35%, o governo tivesse editado norma aumentando o prazo mínimo para os reajustes automáticos de preços contratuais, talvez estivéssemos hoje com uma inflação inercial menor e com taxas de juros mais civilizadas.

A indexação da economia funciona como uma barreira à redução da inflação.